

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 01 de março de 2019 às 07h55
Seleção de Notícias

Correio Braziliense | BR

Marco regulatório | Anvisa

Os 20 anos da lei dos medicamentos genéricos no Brasil	3
---	----------

OPINIÃO

G1 - Globo | BR

28 de fevereiro de 2019 | Pirataria

Operação apreende produtos piratas em shopping do Brás	5
---	----------

SÃO PAULO

Correio da Bahia 24 horas- Online | BA

28 de fevereiro de 2019 | Direitos Autorais

Prefeitura fecha acordo e pagará R\$ 2,8 milhões ao Ecad	6
---	----------

DA REDAÇÃO

Blog Fausto Macedo - Estadão.com | BR

Propriedade Intelectual

A Lei Geral de Proteção de Dados e os impactos nas companhias aéreas	7
---	----------

Os 20 anos da lei dos medicamentos genéricos no Brasil

OPINIÃO

LUIZ BORGONOV

Graduado em administração de empresas, é presidente da EMS

O Brasil é hoje o sexto maior mercado de medicamentos genéricos do mundo, atrás de Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e França. Esse segmento cresce acima de 10% ao ano e movimenta, aproximadamente, US\$ 200 bilhões no mundo, de acordo com a PróGenéricos -- Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos.

Com preços, no mínimo, 35% mais baixos do que os medicamentos de referência -- e com a mesma eficácia e segurança no tratamento, comprovadas por testes de bioequivalência e rígidos critérios estipulados pela **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)** --, os genéricos foram introduzidos por lei há 20 anos, um grande passo para a promoção do acesso à saúde para a população. Nas duas décadas, segundo o IQVIA, instituto especializado em dados de consumo e tendências da área de saúde, a economia gerada pelos genéricos para o país equivale a mais de R\$ 120 bilhões.

Levando-se em conta o aumento da expectativa de vida da população e a consequente e já instalada tendência de crescimento do índice de doenças crônicas, os genéricos vêm se provando ainda mais relevantes. A obesidade, por exemplo, entre 2006 e 2016, cresceu 60% no Brasil, segundo pesquisa do Ministério da Saúde. O índice de brasileiros com a doença passou de 11,8% para 18,9% no período. Outra doença que tem crescido é a depressão. No Brasil, 5,8% dos habitantes sofrem com a desordem (a maior taxa do continente latino-americano), de acordo com relatório de 2017 da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Poder usufruir de uma opção de medicamento que permite que o tratamento tenha início e continuidade a um preço acessível é essencial e permanecerá sendo determinante para a qualidade de vida de milhões de brasileiros. No Brasil, 97% das classes terapêuticas são atendidas pelo genérico, o que mostra a forte atuação da indústria farmacêutica e sua contribuição para um presente e um futuro de saúde. Devemos lembrar que o início da introdução dos genéricos foi bastante desafiador e marcado pela desconfiança do paciente -- e até mesmo por parte da classe médica. Porém, hoje, o genérico é aceito por 80% da população, representando 33% dos medicamentos consumidos no país, também de acordo com a PróGenéricos. A grande aprovação vem do fato de que as pessoas estão consumindo o genérico, conseguem se tratar adequadamente e se curar com ele, voltando a consumi-lo quando precisam -- atestado de eficácia e segurança na prática.

De acordo com pesquisa de 2013 do Datafolha, a pedido do Instituto de Pesquisas e Pós-Graduação para Farmacêuticos do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ), comprar medicamentos genéricos se tornou hábito para 68% dos brasileiros. O bom percentual ainda está, porém, bem abaixo das estatísticas de países mais desenvolvidos, onde o mercado de genéricos se encontra mais maduro, como França, Alemanha e Reino Unido, que têm a participação desses medicamentos em 42%, 66% e 60%, respectivamente, de acordo com dados da PróGenéricos. Nos Estados Unidos, esse percentual chega a quase 80% em volume. Quanto mais informada é uma população, portanto, maior tende a ser a aceitação dos genéricos e a confiança depositada neles.

Não é à toa que nós vislumbramos um futuro igualmente promissor e de crescimento para esse segmento no país. Porque genérico é sinônimo de

Continuação: Os 20 anos da lei dos medicamentos genéricos no Brasil

economia, de acesso, de tratamento correto e completo, ou, em resumo, de maior qualidade de vida. Hoje, mais do que nunca, podemos afirmar isso com toda a convicção. A indústria farmacêutica deverá continuar investindo em oferta de novas apresentações, pesquisa e desenvolvimento de genéricos inéditos e de alta complexidade e, em parceria com órgãos e profissionais da saúde, contribuir para que a

população, nas regiões mais longínquas deste Brasil, mantenha tratamentos importantes, principalmente no caso de doenças crônicas, favorecendo o dia a dia de quem quer viver cada vez mais e melhor. Esse é um dos principais compromissos e desafios do nosso setor.

Operação apreende produtos piratas em shopping do Brás

SÃO PAULO



Na decisão, o juiz afirma que "constatou a comercialização de artigos contrafeitos e a existência de depósito de grande quantidade de produtos falsificados nos stands". O magistrado afirma que autoriza, em caso de necessidade, "reforço policial e arrombamento de portas".

Operação da Prefeitura ocorreu em shopping da Rua da Juta. Cerca de 200 boxes comercializam no local.

Uma operação de combate à **falsificação** e à **pirataria** foi deflagrada na manhã desta quinta-feira (28) em um shopping popular do Brás, região central São Paulo. A operação da Prefeitura, com homens da Guarda Civil Municipal, se deu após decisão da justiça.

A Prefeitura da cidade vai abrir uma ação fiscal de interdição do local, que deve fechar cerca de 200 boxes. O shopping fica na Rua da Juta.

A decisão judicial pela busca e apreensão de **produtos piratas** foi tomada após pedido de escritório de advocacia que representa marcas internacionais. As marcas apreenderão os produtos, e a Prefeitura apreenderá o resto.

Prefeitura fecha acordo e pagará R\$ 2,8 milhões ao Ecad

Secretário diz que valor vai quitar dívidas da gestão de ACM Neto no assunto

O secretário de Cultura e Turismo, Claudio Tinoco, falou nesta quinta-feira (28) que a prefeitura entrou em acordo com o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) sobre os **direitos autorais** dos artistas que tocam nas festas de Salvador, com previsão para pagar R\$ 2,8 milhões. Ele disse que agora a capital baiana é um exemplo no setor. O secretário esteve no Campo Grande para a abertura oficial do Carnaval.

"Considero um grande marco do **direito autoral** do país, considero que Salvador dá exemplo pra todo país e é claro que nós colocamos agora a cidade num patamar de regularidade, patamar de reconhecido, pelo escritório de arrecadação, e eu tenho certeza por todos os autores, todos os compositores, que têm hoje Salvador o principal palco da música brasileira, da música nacional e da música baiana", afirma.

Ele explicou que o acordo veio após decisão tomada pelo Ecad no ano passado em assembleia. "Nós acordamos o pagamento de 5% relativo ao valor dos ca-

chês contratados pela prefeitura na gestão do prefeito ACM Neto, entre janeiro de 2013 até o último Festival Virada, ou seja, até janeiro de 2019. A partir disso nós então fizemos uma apuração do valor desses contratos e chegamos a esse valor relativo a 5%, valor que totaliza cerca de R\$ 2,8 milhões", diz.

O secretário afirma ainda que o valor total será pago em doze parcelas. A primeira parcela terá pagamento imediato do valor relativo ao Festival Virada, com as outras se seguindo até que os R\$ 2,8 milhões sejam integralmente pagos.

"Com isso, a gestão do prefeito ACM Neto regulariza o **direito autoral** de todos os seus seis anos e dois meses, praticamente, e a partir daí, já no Carnaval de 2019, com a finalização da publicação de todos os contratos, e daí para diante, com todos os eventos promovidos pela prefeitura de Salvador através da Saltur, nós então pagaremos esses 5% relativo ao total dos cachês contratados em cada evento, como **direito autoral** pelas apresentações musicais", finaliza.

A Lei Geral de Proteção de Dados e os impactos nas companhias aéreas

O volume de dados pessoais tratados pelas companhias aéreas é extraordinário -- o que é justificado, considerando a amplitude de suas atividades. Pela via aérea, são transportados 35% do comércio mundial em valor e são feitos mais de 120 mil voos, transportando 12 milhões de passageiros diariamente em todo o mundo, de acordo com relatório publicado pela Air Transport Action Group (ATAG) em outubro de 2018.

A proteção de dados pessoais não é uma preocupação exatamente nova para o setor. Em 25 de maio de 2018, entrou em vigor na União Europeia a **General Data Protection Regulation (GDPR)**, que levou muitas companhias aéreas brasileiras a adequarem seus procedimentos para o tratamento de dados pessoais, mesmo aquelas que não possuíam sede no conglomerado econômico europeu.

No Brasil, em agosto de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), à qual as empresas precisarão se adequar até a entrada em vigor, em agosto de 2020, conforme a Medida Provisória nº 869 de 2018, que criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). E a LGPD definitivamente impactará os negócios das companhias aéreas.

Mesmo companhias aéreas que não tenham subsidiária no Brasil, mas que ofertem serviços a indivíduos localizados em território nacional, estão sujeitas às normas da LGPD. A lei aplica-se a quem: realizar qualquer operação de tratamento de dados no Brasil; tratar dados pessoais com a finalidade de oferecer bens e serviços a pessoas localizadas em território nacional; ou tratar dados pessoais pertencentes a indivíduos localizados no Brasil, independentemente da nacionalidade.

As companhias deverão cumprir um conjunto abrangente de obrigações envolvendo limitações na natureza, no volume e no período de retenção dos dados

pessoais tratados; estrutura técnica para segurança da informação; ações a serem tomadas no caso de incidentes envolvendo segurança da informação, etc. As aéreas deverão também conseguir atender prontamente aos direitos dos titulares de dados pessoais, como por exemplo acesso, portabilidade, eliminação e informação sobre o compartilhamento de seus dados.

Considerando a prestação de serviços de natureza global das companhias aéreas, será necessária uma atenção muito grande com relação às novas regras de transferência internacional de dados pessoais, como quando, por exemplo, são transmitidos dados coletados no Brasil ao aeroporto de destino em outro país.

Além disso, companhias aéreas tratam muitos dados pessoais sensíveis, tais como verificação de identidade por biometria; dados de saúde do passageiro que demanda uma assistência específica durante o voo; e dados a respeito de preferências alimentares que possam indicar convicção religiosa (como a alimentação kosher). Um maior cuidado com o tratamento de tais dados será necessário.

Ademais, passa a ser obrigatória a nomeação de encarregado pelo tratamento de dados pessoais, que terá as funções de atender pedidos dos titulares de dados pessoais, atuar perante a ANPD e estabelecer as diretrizes dentro da empresa para garantir a devida proteção de dados pessoais

Ainda, as companhias aéreas deverão conseguir conciliar as novas regras trazidas pela LGPD com outras normas setoriais envolvendo o compartilhamento de dados pessoais. Dentre elas, está a Resolução nº 255/2012 da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que dispõe sobre a obrigação das aéreas disponibilizarem Informações Antecipadas sobre Passageiros (API) e Registro de Identificação de Pas-

Continuação: A Lei Geral de Proteção de Dados e os impactos nas companhias aéreas

sageiros (PNR), para o uso dos órgãos e entidades públicos competentes. Normas dessa natureza são adotadas ao redor do mundo com o objetivo de prevenir e reprimir atos ilícitos e facilitar a solução de problemas pelos serviços de controle migratório.

Penalidades

A LGPD prevê severas penalidades em caso de infrações, como a eliminação e bloqueio de dados pessoais e a multa de até 2% do faturamento líquido do último exercício da pessoa jurídica infratora, grupo ou conglomerado no Brasil, limitada a R\$ 50 milhões por infração.

De qualquer forma, as empresas devem focar os trabalhos de adequação à LGPD não apenas com a finalidade de evitar as graves sanções, mas também para agregar valor aos seus serviços, já que a proteção de dados poderá entrar no rol de diferenciações que fazem com que um consumidor prefira determinada empresa em detrimento de outra.

Além disso, a adequação vai evitar os potenciais

imensos danos à reputação causados pelo uso indevido de dados pessoais. Exemplos não faltam de companhias aéreas que sofreram gravíssimos danos reputacionais e perda de valor de mercado por conta de vazamentos de dados.

O volume e o valor dos dados pessoais tratados por companhias aéreas exigem que elas dediquem altíssimos esforços para a completa adequação à lei até sua entrada em vigor. Todo o trabalho servirá não somente para evitar as duras penalidades, mas, muito mais, para agregar valor aos negócios do setor, além do efeito viral que virá a ser observado: o de pessoas físicas e jurídicas apenas optarem por concluir negócios com empresas que estejam em conformidade com a legislação.

***Luiza Sato é sócia-consultora e Mateus Bacchini é advogado da área de Proteção de Dados, Direito Digital e Propriedade Intelectual do AS-BZ Advogados**

Luiza Sato e Mateus Bacchini*

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | Anvisa

3

Pirataria

5

Direitos Autorais

6

Propriedade Intelectual

7